

Terça-feira, 8 de Março de 2005 - Estrasburgo

## Revisão do Tratado de Não Proliferação / Armas nucleares na Coreia do Norte e no Irão

Gomes (PSE ). - Armas nucleares são ilegais e imorais. Há cinco anos o mundo rejubilou pelo consenso histórico alcançado em torno do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Um marco significativo para a paz no mundo, como disse Kofi Annan. Cinco anos depois, à beira da próxima Conferência de Revisão do Tratado, o panorama é assustadoramente diferente. A posição dos Estados Unidos modificou-se face aos compromissos assumidos e a actual administração anuncia, inclusivamente, o desenvolvimento de novas tecnologias de armas nucleares, envolvendo somas astronómicas.

Os Estados Unidos e outros Estados detentores de armas nucleares partes do Tratado não respeitaram, desde então, os compromissos de desarmar, nem deram sinais de quererem reduzir os arsenais nucleares. Ainda hoje, os Estados Unidos mantêm estacionadas na Europa 480 armas nucleares e continuam a não ratificar o CTBT. E o resultado é que outros Estados partes não se sentem também vinculados a respeitar os compromissos no âmbito do NPT depois da invasão do Iraque, sob o falso pretexto da existência de armas de destruição maciça. Possuir ou fazer crer que se possui armamento nuclear passou a dar estatuto, se não mesmo a ser percebido como factor da dissuasão e auto-protecção.

Estados como Israel, a Índia e o Paquistão, também detentores de armas nucleares, permanecem fora do Tratado e não vêem assim incentivos nem sequer se sentem pressionados para se tornar parte. Mais preocupantemente ainda, a Coreia do Norte tenta retirar-se do Tratado e faz chantagem sobre a comunidade internacional. Chegamos ao ponto de ver a invocação deste estatuto no argumentário de candidatura para membros permanentes do Conselho de Segurança.

Segundo o Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre perigos, ameaças e desafios, estamos agora no momento em que a erosão do regime da não-proliferação pode tornar-se irreversível e resultar na proliferação em cascata. Sabemos que há, ainda por cima, riscos elevados de materiais nucleares caírem em mãos de terroristas, em muitos casos, nem sequer controlado por Estados.

A proliferação em cascata só pode ser impedida se se unirem os esforços da comunidade internacional em soluções multilaterais eficazes. E a próxima revisão do NPT é a oportunidade que não pode ser perdida. A União Europeia pode e deve desempenhar um papel decisivo no sentido de operacionalizar o Tratado com um bureau permanente e deve, para isso, passar pela coordenação com os países na União Europeia que têm armamento nuclear, para que possa existir uma verdadeira acção coordenada dos termos da PESC e da PESD. Dada a situação de real emergência de prioridade absoluta, o Parlamento Europeu deve enviar uma missão para acompanhar a intervenção europeia na conferência, assumindo aí um papel de vigilância sobre a actuação dos Estados-Membros e de promoção do esforço de actuação do Tratado na linha ...

(O Presidente retira a palavra à oradora)